

As estratégias de atuação pedagógica para atendimento a estudantes com dislexia no IF Baiano *Campus Guanambi*

Maria do Carmo Neves Cardoso 

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais

E-mail: carmenosodrac@gmail.com

Rosiney Rocha Almeida 

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais

E-mail: rosiney.rocha@ifnmg.edu.br

DOI: <https://doi.org/10.46636/recital.v7i2.546>

Como citar este artigo: CARDOSO, Maria do Carmo Neves; ALMEIDA, Rosiney Rocha. As estratégias de atuação pedagógica para atendimento a estudantes com dislexia no IF Baiano Campus Guanambi. **Recital - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG**, v. 7, n. 2, p. 15–31, 2025. DOI: 10.46636/recital.v7i2.546. Disponível em: <https://recital.almenara.ifnmg.edu.br/recital/article/view/546>.

Recebido: 04 Mai. 2024

Aceito: 22 Mai. 2025



As estratégias de atuação pedagógica para atendimento a estudantes com dislexia no IF Baiano *Campus Guanambi*

RESUMO

Este artigo é o recorte de uma pesquisa qualitativa oriunda do Programa de Pós graduação do IFNMG *Campus Montes Claros* e objetiva discutir desafios para o atendimento aos estudantes com dislexia da EPT como: ausência de formação docente; falta de suporte pedagógico aos profissionais da educação; ao entendimento da complexidade da dislexia, bem como as estratégias de inclusão que poderão ser adotadas pelos professores e profissionais da educação que atuam nos cursos de Informática para Internet e Agropecuária do IF Baiano *Campus Guanambi*. A motivação nasceu: por uma experiência pessoal ao lecionar para estudante com dislexia; por vivências em contextos do NAPNE e a elaboração da Política de Inclusão deste Instituto. Assim, os dados foram coletados por entrevistas semiestruturadas com: docentes de estudantes com dislexia; profissionais de Educação do NAPNE; o coordenador de curso de Informática para Internet e a Profissional de AEE que atendem discentes. Método de estudo de caso com dados categorizados segundo Análise de Conteúdo de Bardin (2021), discutidos à luz do referencial teórico. Os resultados alcançados apontam que a falta de formação dos profissionais pode ser considerada uma falha nos seus processos formativos e que a dislexia deveria ser compreendida por meio de estratégias de inclusão.

Palavras-chave: Dislexia. Estratégias de Inclusão. Curso Técnico em Informática para Internet.

Pedagogical action strategies to care for students with dyslexia at IF Baiano Campus Guanambi

ABSTRACT

This article is an excerpt from a qualitative research originating from the Graduate Program of IFNMG Montes Claros Campus and aims to discuss challenges in addressing the needs of EPT students with dyslexia, such as: lack of teacher training; lack of pedagogical support for education professionals; understanding the complexity of dyslexia, as well as inclusion strategies that can be adopted by teachers and education professionals working in the Internet Technology and Agriculture courses at IF Baiano Guanambi Campus. The motivation arose from: a personal experience teaching a student with dyslexia; experiences in NAPNE contexts and the development of this Institute's Inclusion Policy. Thus, the data were collected through semi-structured interviews with: teachers of students with dyslexia; NAPNE education professionals; the coordinator of the Internet Computer Science course; and the AEE professional who assists students. Case study method with data categorized according to Bardin's Content Analysis (2021), discussed in light of the theoretical framework. The results achieved indicate that the lack of training for professionals can be considered a failure in their training processes and that dyslexia should be understood through inclusion strategies.

Keywords: Dyslexia. Inclusion Strategies. Technical Course in Computer Science for the Internet.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a Educação Profissional e Tecnológica originou-se a partir de uma perspectiva assistencialista que buscava atender aos “desvalidos da sorte e da fortuna” (RAMOS, 2014, p.9), ou seja, uma educação voltada para o atendimento às pessoas sem condições socioeconômicas. Dessa forma, essa educação tem um percurso historicamente pautado em um sistema dual, em que a formação era dividida conforme a classe social, isto é, uma formação geral ou o ensino intelectual para a classe dominante e para os menos privilegiados era reservado o ensino manual ou técnico.

Com relação à Educação profissional e Tecnológica, em 1996 foi promulgada a 2ª LDB que dedicou o capítulo III de seu título VI à educação profissional, denominando-a de modalidade de ensino. Porém, tanto a LDB 9394/96 como as legislações que a regulamentam ainda atendem os interesses do capital, conforme podemos observar na concepção de Frigotto (2001):

No projeto do governo federal, a organização e conteúdo básico explicitados na atual LDB e, em particular, nos pareceres e portarias que a regulamentam, a Educação profissional subordina-se ao ideário do mercado e do capital e de um modelo de desenvolvimento excludente, concentrador de renda, predatório. Mercado e capital sem controles da sociedade – flexível e desregulamentado que gera desemprego, subemprego e exclusão. Neste horizonte a educação em geral e, particularmente, a educação profissional se vincula a uma perspectiva de adestramento, acomodação, mesmo que se utilizem noções como as de educação polivalente e abstrata. Trata-se de conformar um cidadão mínimo, que pensa minimamente e que reaja minimamente. Trata-se de uma formação numa ótica individualista, fragmentária – sequer habilita o cidadão e lhe dê direito a um emprego, a uma profissão, tornando-o apenas um mero “empregável” disponível no mercado de trabalho sob os desígnios do capital em sua nova configuração. (FRIGOTTO, 2001, p. 80).

O texto da LDB 9394/96 foi minimalista, o qual possibilitou uma onda de reformas na educação brasileira, dentre os quais podemos destacar a realizada pelo decreto nº 2.208/97, em que regulamentou os artigos 39 a 42 e o parágrafo 2º do artigo 36 da LDB. Nesse decreto instituiu-se a separação curricular entre o ensino médio e a educação profissional, conforme Ramos (2014).

Mas, com a Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFs pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, os quais democratizou o acesso à educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, buscando formar e qualificar os sujeitos para atuação profissional nos diferentes segmentos do mundo de trabalho, em âmbito local, regional e nacional, conforme versa Brasil (2008).

Diante da importância e no intuito de assegurar políticas de Educação Inclusiva, com foco na permanência, no êxito e no aprendizado dos estudantes, os IFs instituíram o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE).

O NAPNE foi criado por meio de uma das ações do Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (TEC NEP), que visava, entre suas medidas, a construção de uma política pública inclusiva para oportunizar "condições de acesso ao público-alvo da Educação Especial nos cursos oferecidos pela Rede Federal de Educação Tecnológica, garantindo-lhes, assim, a inserção no mundo do trabalho e, por conseguinte, independência econômica", contextualizam França e Teixeira (2016, p. 66).

Apesar disso, os IFs enfrentam o obstáculo do atendimento e inclusão dos estudantes com transtornos de aprendizagem, destacando-se a dislexia. E um desses desafios é a questão da falta de formação inicial e continuada tanto dos professores (denominados neste estudo de P1, P2, P3, P4) como dos profissionais de educação: Coordenador de curso de Informática para Internet (CCII); Coordenadora do NAPNE (CNAPNE); Assessora Pedagógica do NAPNE (APNAPNE); Profissional de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) para atender e incluir os estudantes com tal transtorno.

Desta forma, essa inclusão ainda é um desafio para as Instituições de EPT que ofertam essa modalidade de ensino e isto tem se tornado um obstáculo para os seus profissionais, especialmente os professores que necessitam de formação inicial e continuada para atuar junto aos estudantes com necessidades específicas e precisam rever metodologias, estratégias pedagógicas e modelos de avaliação que garantam a inclusão dos estudantes que apresentam transtornos específicos de aprendizagem, especificamente os com dislexia.

A justificativa para realizar o estudo com Estudantes com dislexia se deu principalmente pela história de vida e de experiência da pesquisadora com tais estudantes desde o período do ano letivo de 2019 e também com o trabalho no NAPNE desde o período de 2014. No Núcleo atendemos estudantes com diversos tipos de necessidades específicas, mas o foco desse estudo são os estudantes com dislexia. Além desse elemento, a pesquisadora tinha o desejo de procurar saber como o estudante com dislexia aprende e desta forma se originou esta investigação.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os referenciais teóricos da abordagem procuram na área da educação, bem como em autores da sociologia, do direito, da pedagogia e da abordagem inclusiva para integrar o sentido da complexidade da dislexia e seus desdobramentos para se pensar na importância da educação inclusiva, desmistificando-a, pois, a partir disso se retira o risco de um ensino pautado na exclusão e discriminação dos estudantes com dislexia.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA – BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

No livro “História e Política da Educação Profissional”, Ramos (2014) discute sobre a dualidade estrutural da Educação Profissional Tecnológica, em que, por um lado, o ensino intelectual era destinado às elites e, por outro, o ensino manual para a classe trabalhadora. Para superar essa dualidade no ensino médio, a autora afirma que:

A presença da profissionalização no ensino médio deve ser compreendida por um lado, como uma necessidade social e, por outro lado, como meio pelo qual a categoria trabalho encontre espaço na formação como princípio educativo. (RAMOS, 2014, p. 117).

No caso do trabalho como princípio educativo, a afirmação remete à relação entre a formação para o trabalho e a educação, em que se busca uma ação humanizadora através do desenvolvimento de todas as potencialidades e da formação integral do sujeito com dislexia.

Nesta perspectiva, ao considerar o trabalho como princípio educativo, a importância do estudo sobre esse transtorno de aprendizagem no ensino médio integrado decorre dele ser realizado no âmbito do Instituto Federal Baiano, o qual faz parte da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA ALÉM DO CAPITAL: UMA UTOPIA POSSÍVEL?

A Política de Educação Especial na perspectiva inclusiva (2008), que tem como objetivo a universalização da educação básica, foi norteadada pelo movimento “Educação para todos” que, mesmo atendendo às lutas das organizações sociais na defesa da escolarização para as pessoas com necessidades específicas, se realiza obedecendo aos acordos e compromissos junto às organizações internacionais como as agências e fundos da Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), conforme explicam Kassir (2011) e Padilha e Oliveira (2013).

Estes acordos internacionais que propõem a universalização do ensino são comprometidos com o neoliberalismo, o qual é apontado como a ideologia que referenda uma exclusão educacional supostamente natural. Considera que as políticas educacionais são submetidas à lógica de mercado capitalista, em que a inclusão educacional e a educação para o trabalho, são consideradas como utopias irrealizáveis e como práticas de educação consensual e reformista.

Porém, conforme Mészáros (2005):

[...] cair na tentação dos reparos institucionais formais – “passo a passo”, como afirma a sabedoria reformista desde tempos imemoriais – significa permanecer aprisionado dentro do círculo vicioso institucionalmente articulado e protegido dessa lógica autocentrada do capital. (MÉSZÁROS, 2005, p. 48).

Portanto, é preciso superar essa forma de educação inclusiva que está posta pelos Organismos internacionais, pois conforme Mészáros (2005, p. 27): “É por isso que é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente”.

A educação inclusiva que aqui se pretende estará pautada na formação humana integral que pressupõe a superação da divisão histórica do trabalho, que fragmenta o *homo sapiens* do *homo faber* e que, conforme Gramsci (2004) não se pode separar, pois o homem é constituído pelo trabalho. Busca-se, assim, focar o trabalho como princípio educativo, ao superar a dicotomia entre trabalho manual *versus* trabalho intelectual, integrando a dimensão intelectual ao trabalho produtivo e assim contribuir com uma formação humana que garanta aos estudantes, com e sem necessidades específicas, o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para uma atuação como dirigentes e cidadãos, explica Ciavatta (2005).

AS ESTRATÉGIAS QUE VISAM A TRAVESSIA PARA A FORMAÇÃO INTEGRAL E A INCLUSÃO DO ALUNO DISLÉXICO NA EPT

Pesquisa desenvolvida por Souza (2020) aponta que o docente assume importante papel como mediador da aprendizagem e que pode contribuir para diminuir as práticas capacitistas¹ às quais atualmente, ainda segrega muitos estudantes com dislexia, por esses apresentarem obstáculos na aquisição de leitura e escrita, caracterizados pela disfunção neurológica. Assim, é preciso um olhar crítico e atento sobre as estratégias da educação inclusiva para que em espaços de aprendizagens o capacitismo não aconteça.

1 “Para Sasaki (2014, p. 10) “O capacitismo está focalizado nas supostas ‘capacidades das pessoas sem deficiência’ como referência para mostrar as supostas ‘limitações das pessoas com deficiência”. Neste contexto, a deficiência está semanticamente ligada à incapacidade, desqualificação, à menor valia”. (LAGE; LUNARDELLI; KAWAKAMI, 2023, p. 3).

Para Vendramin (2019, p. 17) “Capacitismo é a leitura que se faz a respeito de pessoas com deficiência, assumindo que a condição corporal destas é algo que, naturalmente, as define como menos capazes” e encontra-se presente em simples ações do dia a dia, ofendendo aqueles indivíduos considerados “anormais”, ampliando o processo de exclusão social, quando são estabelecidas barreiras que impedem as relações sociais dessas com seu meio de convívio social. (LAGE; LUNARDELLI; KAWAKAMI, 2023, p. 11).

Já Souza (2020) contextualiza que: os discentes que têm o diagnóstico de dislexia, em razão de comprometimento do sistema fonológico, enfrentam desafios na aprendizagem, falhas no processamento, programação e execução da linguagem-aprendizagem. Nessa perspectiva, é de fundamental importância que o professor, na sua prática educativa, desenvolva estratégias pedagógicas que atendam às necessidades educacionais dos estudantes com dislexia, possibilitando as suas aprendizagens.

Por isso, é preciso uma prática educativa que tenha como finalidade a proposição de estratégias pedagógicas, numa perspectiva inclusiva que respeitem as especificidades e potencialidades do aluno para que possa proporcionar situações de aprendizagem que favoreçam a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que segundo Vygotsky (2003) é a diferença entre o nível de desenvolvimento real atual e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas com a orientação ou a colaboração de adultos ou colegas mais capazes.

Esse conceito de ZPD tem sido pertinente em práticas pedagógicas, principalmente no campo do planejamento de estratégias de ensino, com ênfase em interações que os professores estabelecem com seus discentes no cotidiano do ambiente educativo.

Assim, a perspectiva de Lev Vygotsky sobre alunos com transtornos como a dislexia é que eles não se desenvolvem menos, mas de forma diferente. Vygotsky enfatiza que a aprendizagem e o desenvolvimento estão intrinsecamente ligados, e que a educação deve ser focada nas potencialidades do aluno, em vez de apenas nas suas dificuldades. Para Vygotsky, a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) é fundamental para entender como esses alunos aprendem, ou seja, o espaço entre o que o aluno consegue fazer sozinho e o que ele pode fazer com ajuda de um mediador.

A efetivação das estratégias de ensino-aprendizagem exige que o docente tenha preparo e conhecimento, com a finalidade de estudar, escolher, instituir e propor as melhores ferramentas facilitadoras da aprendizagem. De acordo com Anastasiou e Alves (2004) é através das:

[...] estratégias que aplicam-se ou exploram-se os meios, modos, jeitos e formas de evidenciar o pensamento, respeitando as condições favoráveis para executar ou fazer algo. Esses meios comportam determinadas dinâmicas, onde se faz necessário o conhecimento do aluno para a escolha da estratégia. (ANASTASIOU; ALVES, 2004, p. 68).

Desta forma, quando o professor desenvolve estratégias pedagógicas visando o desenvolvimento da aprendizagem do aluno com dislexia na EPT, numa perspectiva emancipatória, dialógica, de formação integral, *omnilateral*, politécnica, baseada no humanismo e no ensino global, (FREIRE, 2013; FRIGOTTO; CIAVATTA, 2011; RAMOS, 2008; SAVIANI, 1989), consolida-se um processo de ensino e aprendizagem inclusivo e de qualidade.

Dito isso, dá-se início, na próxima seção, a descrição do percurso metodológico do estudo.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa assume a abordagem qualitativa que, segundo Bogdan e Biklen (1994, p. 49), “[...] exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para construir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo”.

O estudo foi aplicado no âmbito do Curso do Ensino Médio Integrado em Informática para Internet e de Agropecuária do IF Baiano *Campus Guanambi*. Esta instituição está localizada na zona rural – distrito de Ceraíma, no município de Guanambi, na região do sertão produtivo do estado da Bahia, sendo fundado em 1995, como a Escola Agrotécnica Antônio José Teixeira e com a criação nesse mesmo ano do Curso Técnico em Agropecuária.

Como instrumentos, nós tivemos uma primeira parte em que foi usado um roteiro de entrevista semiestruturada, uma observação direta e como parte da avaliação do produto foi utilizada uma ficha avaliativa.

Depois da aprovação do Projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), a coleta de dados ocorreu, por meio da entrevista semiestruturada e da observação direta no mês de novembro de 2023. Foram agendadas entrevistas por meio de *e-mail* e de conversa de *Whatsapp*, realizadas de forma presencial, gravadas individualmente em gravador digital com os participantes, dentre os quais 4 (quatro) professores e 4 (quatro) Profissionais de Educação. Os itens da entrevista foram lidos pela pesquisadora e o tempo de coleta de dados foi de 45 (quarenta e cinco) minutos, aproximadamente.

O tratamento dos dados ocorreu através da Análise de Conteúdo, à qual é conceituada por Bardin (2021, p. 15) como: “[...] um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis, em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”. Assim, nesta seção apresentamos os dados resultantes da pesquisa realizada, apontando nossa análise.

A pesquisa faz parte do Programa de Pós-graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – IFNMG – *Campus Montes Claros* e foi realizada no o 2º Semestre de 2023 com (quadro) docentes denominados P1, P2, P3 e P4, os quais representam o grupo de professores. A partir dos resultados da entrevista, apresentamos no Quadro 1, abaixo:

Quadro 1 – Dados pessoais, profissionais e formativos dos participantes - Professores

Participante Professor	Sexo	Faixa etária	Tempo de atuação na Instituição	Disciplina em que atua	Graduação Especialização	Mestrado	Doutorado
P1	Feminino	57 anos	18 anos	Química	Graduação em Química Especialização em Química	Mestrado em Educação Agrícola	Não
P2	Feminino	45 anos	13 anos	Projeto de Conclusão de Curso	Bacharelado em Ciência da Computação	Mestrado em Informática	Doutorado em Produção Vegetal do Semiárido
P3	Masculino	43 anos	8 anos	Física III	Licenciado em Física	Mestrado em Dosimetria Numérica	Não
P4	Masculino	43 anos	19 anos	Projeto Integrador I e II	Tecnólogo graduado em Processamento de dados com Especialização em Informática na Educação	Mestrado em Formação para a Educação a Distância	Doutorado em Educação Especial

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora com base nos dados da pesquisa (2023).

O grupo de profissionais da Educação foi composto por 1(uma) coordenadora denominada de CNAPNE e 1(uma) assessora pedagógica denominada de APNAPNE, ambas atuante no NAPNE, 1(um) coordenador de curso em Informática para Internet, denominado CCII e a profissional de AEE, denominada de PAEE, os quais atendem um aluno com dislexia no 3º Ano desse mesmo curso. A partir dos resultados da entrevista, apresentamos no Quadro 2, abaixo:

Quadro 2 – Dados pessoais, profissionais e formativos dos participantes profissionais da Educação.

Participante Profissional de educação	Sexo	Faixa etária	Tempo de atuação na instituição	Área de atuação	Graduação/Especialização	Mestrado	Doutorado
APNAPNE	Feminino	41 anos	13 anos	NAPNE	Graduação em Pedagogia/ Especialização em Educação- Neurociência Aplicada à Aprendizagem.	Não	Não
CNAPNE	Feminino	50 anos	3 anos	NAPNE, docente de Libras nos cursos superiores	Graduação em Pedagogia com Especialização em Libras e Educação Especial.	Mestrado em Educação	Não
PAEE	Feminino	41 anos	5 anos	Docente de AEE	Graduação em Pedagogia.	Mestrado em Educação	Não
CCII	Masculino	43 anos	19 anos	Coordenador de curso Informática para Internet / Professor de Educação Física	Graduado em Educação Física com Especialização em Educação Física Escolar.	Mestrado em Educação	Não

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora com base nos dados da pesquisa (2023)

A pesquisa foi enquadrada na modalidade de pesquisa com abordagem qualitativa, cujo método foi o estudo de caso e gerou ao final um produto educacional no formato de *e-book* pedagógico intitulado: “Estratégias de Atuação Pedagógica para Atendimento e Inclusão de Estudantes com Dislexia na EPT”.

O produto tem como objetivo propor estratégias diversificadas para dar suporte, ao levar aos profissionais de educação e professores informações a respeito da dislexia, e possibilitar aos mesmos a viabilização do processo de ensino e de aprendizagem e inclusão do aluno com dislexia do referido curso.

Entre outras atividades e de acordo o previsto para a coleta de dados, inicialmente utilizou-se do recurso de uma observação direta na sala de aula do estudante do Curso Técnico Integrado à Informática para Internet e acompanhamento pedagógico do estudante do Curso Técnico Integrado à Agropecuária e também de uma entrevista semiestruturada aos Professores e profissionais de Educação para obter respostas às seguintes questões: 1- Na sua opinião, qual o conceito de inclusão? Como você conceitua a dislexia? 2- Você já trabalhou ou trabalha com estudante com diagnóstico de dislexia ou que apresentam suspeitas de ser disléxico? Justifique sua resposta, 3 - Quais as principais dificuldades encontradas para o

atendimento ao discente com dislexia? 4 - Você desenvolveu ou desenvolve estratégias pedagógicas diferenciadas ou metodologias específicas para o desenvolvimento da aprendizagem de discentes com dislexia? Em caso afirmativo, descreva as que funcionaram ou aquelas que não possibilitaram esse desenvolvimento. 5- Em sua opinião, qual é o papel do profissional de educação e do professor como mediador do processo de ensino/aprendizagem e de inclusão dos estudantes com dislexia?

Então, após a leitura flutuante e transcrição das entrevistas, definição do *Corpus* da pesquisa, nós escolhemos como unidade de registro os temas e as unidades de contexto foram os parágrafos e nós tivemos então a formação *a posteriori* depois da coleta de dados de 4 (quatro) categorias:

Assim, organizamos as categorias que emergiram a partir dos dados coletados no campo empírico, conforme quadro 3, abaixo:

Quadro 3: Categorias de análise criadas a partir dos dados empíricos.

Categorias	Unidades de análise
O processo de inclusão de estudantes disléxicos na Instituição e o conceito de dislexia	<ul style="list-style-type: none"> - Necessidade do diagnóstico da dislexia; - Inclusão como fenômeno complexo; - Dislexia na perspectiva inclusiva; -Superação das barreiras atitudinais;
A formação integral e os desafios vivenciados pelos professores e profissionais da educação, para atendimento e inclusão do estudante com dislexia	<ul style="list-style-type: none"> - Professores e profissionais da educação mal preparados para a formação integral e a inclusão de estudantes com dislexia; - Com especialização deficitária em dislexia; - Pouco tempo para ministrar as aulas;
As estratégias pedagógicas e a formação integral para o desenvolvimento da aprendizagem de estudantes com dislexia	<ul style="list-style-type: none"> - Estratégias de avaliação alternativa; - Trabalhos em grupos; - Estratégias que levam em conta as várias dimensões do ser humano;
A mediação pedagógica e a perspectiva inclusiva e o papel do professor e do profissional de educação como mediador do processo de ensino/aprendizagem e de inclusão dos estudantes com dislexia	<ul style="list-style-type: none"> - Professor e profissional de educação como mediador estratégico. -Conhecimento da dislexia; -Identificação e avaliação; - Adaptação de ensino; - Inclusão social; - Escuta sensível e individualizada.

Fonte: Quadro elaborado pela autora (2023).

Na primeira categoria denominada: “O processo de inclusão de estudantes disléxicos na Instituição e o conceito de dislexia”, os entrevistados demonstraram familiaridade com o termo inclusão, como também afirmaram que estão em busca de materializá-la na prática docente, a partir da revisão do Regulamento do NAPNE e do Projeto Pedagógico de Curso - PPC dos Cursos de Informática para Internet e de Agropecuária. Eles foram unânimes em afirmar que entendem as estratégias pedagógicas inclusivas para atendimento ao estudante com dislexia como uma possibilidade de contribuição para a formação integral e a inclusão.

Isso por causa da importância dessas estratégias para o processo inclusivo e de diversidade que buscam formar um ser humano integral.

Na categoria: “A formação integral e os desafios vivenciados pelos professores e profissionais da educação, para atendimento e inclusão do estudante com dislexia”, tanto os docentes como os profissionais de educação alegaram falta de capacitação ou de formação docente para atuar junto a esses estudantes como mencionou P1: um dos pontos “que é mais intenso é a falta de formação docente para atuar com esse tipo de aluno”.

Apesar da importância de estratégias pedagógicas inclusivas para o atendimento a estudantes com dislexia, o processo de inclusão desses discentes, para alguns participantes ainda é complexo, uma vez que não há ainda no IF Baiano *Campus Guanambi* formação específica para atendimento aos estudantes com dislexia.

Com relação à falta de formação docente, P1 assegura que não houve formação docente, nem inicial, nem continuada para lidar com estudantes com necessidades especiais e nem tão pouco com dislexia.

CCII também pontua esse desafio no processo de inclusão, argumentando que:

Eu esclareço para você que eu não possuo nenhuma formação nessa área. Então eu confesso que a gente sente dificuldade devido à complexidade e o que a gente tenta é seguir algumas orientações, inclusive eu percebo que não é só o meu caso. Alguns professores têm também essa dificuldade que eu como coordenador de curso, apenas faço um intermédio entre o NAPNE e esses professores porque a maioria deles, a gente percebe que tem bastante dificuldades [...]. (CCII, 2023),

Com relação à categoria: “As estratégias pedagógicas e a formação integral para o desenvolvimento da aprendizagem de estudantes com dislexia”, CNAPNE apontou que estas devem primar pela formação integral do ser humano:

Acredito que no momento em que passem a ver o aluno como um ser completo e não apenas como uma pessoa com deficiência ou com necessidades específicas. Como ser humano, temos várias possibilidades e formas de aprender, e isto é fundamental que seja levado em conta no processo educacional de todos os educandos. O foco deve ser nas possibilidades e não apenas nas dificuldades que o aluno apresenta. (CNAPNE, 2023).

O pensamento de CNAPNE é corroborado por Meirieu (1998) quando assegura que para que haja uma prática pedagógica inclusiva e que visa formar o ser humano integral deve primar pela diversificação das estratégias metodológicas. Ainda com base em Meirieu (1998, p. 138): “a prática didática deverá esforçar-se para fazer com que variem as estratégias de ensino para que os sujeitos possam utilizar a sua estratégia de aprendizagem”.

Com relação à categoria “A mediação pedagógica e a perspectiva inclusiva e o papel do professor e do profissional de educação como mediador do processo de ensino/aprendizagem e de inclusão dos estudantes com dislexia” PAEE pontua que o papel do educador é ser o mediador da aprendizagem, o qual se inicia com o movimento político em prol da inclusão. Segundo ela:

Penso que o primeiro papel é político e que nós temos assim como outros profissionais da área da inclusão, da área da educação inclusiva em geral, nós temos que encampar aí uma luta política para a inclusão primeiro desses alunos como público-alvo do AEE, porque como foi falado, acho que isso é necessário, é urgente, não só os alunos com dislexia, mas outros públicos e outras demandas que cada vez

mais aparece, como o próprio TDAH, por exemplo, e que oficialmente não estão incluídos. pensando no nível geral, no atendimento desses alunos em todas as escolas, todas as redes, como o AEE e a inclusão é pressuposta no nosso país. Então falta isso [...]. (PAEE, 2023).

Corroborando com a PAEE, Freire (2021) propõe um pensamento educativo que conduza os educadores a se engajarem política e socialmente na luta pela superação das estruturas opressoras da sociedade capitalista. Assim, “não pode existir uma prática educativa neutra, descomprometida, apolítica. A diretividade da prática educativa que a faz transbordar sempre em si mesma e a perseguir um certo fim, um sonho, uma utopia, não permite a neutralidade”, contextualiza Freire (1995, p.37). Portanto, a educação inclusiva será sempre politizada, o ato político atravessa e constitui o fazer pedagógico, por isso deve estar presente no processo de formação dos educadores.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os participantes da pesquisa alegaram que na inclusão de estudantes com dislexia há vários desafios, como podemos identificar na resposta de APNAPNE:

Eu resumiria em quatro dificuldades: 1. O desacreditar no potencial do estudante por parte dos educadores; 2. Dificuldade em trabalhar com a ansiedade, baixa autoestima e receios. (situações enfrentadas pelo estudante com dislexia); 3. A falta de compreensão às necessidades desse aluno, por parte dos educadores e colegas; 4. “Muitas vezes, falta utilizar recursos e estratégias adequadas e **formação continuada aos educadores**”. (APNAPNE, 2023, grifo nosso).

Esse pensamento é corroborado por Miranda (2008), ao postular que existem lacunas na formação docente e que o despreparo do professor para trabalhar com pessoas com transtornos específicos de aprendizagem, dentre as quais a dislexia, ocorre desde a sua formação inicial até a formação continuada. Desse modo a autora argumenta que:

A maioria dos professores manifesta descontentamento com seu processo de formação em relação a esta questão e há total ambiguidade em termos da formação docente, expressando a falta de política clara, consistente e avançada para a formação docente [...]. (MIRANDA, 2008. p.7).

É notório que a falta de formação inicial e continuada também acontece no contexto da EPT. Assim sendo, é imprescindível construirmos espaços de diálogos convergentes com as propostas de formação inicial e continuada desenvolvida para os profissionais que atuam neste contexto, neste caso para os profissionais de educação que atendem discentes que apresentam dislexia.

A investigação identificou que além da ausência de formação inicial e continuada para trabalhar com discentes com dislexia, existem outras questões-chave relativas com os desafios enfrentados pelos professores e educadores, especialmente a quebra da barreira atitudinal que a comunidade escolar tem perante os estudantes com dislexia.

No que se refere à falta de formação inicial e continuada, P2 afirma que o Instituto não promove a formação pedagógica para atuar com discentes disléxicos, relatando que a formação: “é um processo instrutivo, mas não formativo”. P3 por sua vez também relatou que não teve: “nenhuma formação específica em nenhum momento da minha vida” para atuar com disléxicos.

Essa falta é um problema comum. Isso pode resultar em dificuldades na identificação dos estudantes que precisam de apoio, ou seja, o diagnóstico para identificação da dislexia, como disse P1: “Uma das dificuldades é a questão do diagnóstico” e na implementação de estratégias apropriadas. P3 também argumenta que a maior dificuldade na questão da inclusão é a “identificação”, ou seja, ele se referiu também à questão da falta de diagnóstico. Sem essa identificação do estudante, impossibilita os participantes a implementar estratégias para cada subtipo de dislexia, seja ela visual, auditiva ou mista.

Sobre a legislação específica para o atendimento a estudantes com dislexia e outros transtornos de aprendizagem temos que recentemente, foi aprovada a Lei 14.254/2021 que assegura direitos aos educandos com dislexia, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem, versa Brasil (2021).

O art. 2º desta Lei garante que as instituições que atendem educandos da educação básica, com o apoio da família, dos serviços de saúde e com a ajuda das redes de proteção social existentes no território, de natureza governamental ou não governamental precisam ter cuidados e proteção aos discentes com dislexia, TDAH ou outro transtorno de aprendizagem, para o seu amplo desenvolvimento físico, intelectual, moral, espiritual e social, institui Brasil (2021).

Resumindo, essa lei dispõe sobre o diagnóstico e o tratamento do TDAH e dislexia na educação básica. Ela estabelece que as escolas devam assegurar aos estudantes com esses transtornos acesso aos recursos didáticos adequados ao desenvolvimento de sua aprendizagem, e que os sistemas de ensino garantam aos professores formação específica sobre a identificação e abordagem pedagógica.

Ocorre que essa lei não está sendo implementada na prática, comprovação feita pelos participantes P1 que assegura que não teve formação específica para diagnosticar e identificar os estudantes com os transtornos de aprendizagem referidos na legislação. Segundo a mesma participante há um desafio para a inclusão de disléxicos, relatando que: “Então, eu acho que primeiro é o diagnóstico em si uma dificuldade da inclusão”. P3 por sua vez acredita que não há a correta identificação dos estudantes com dislexia, respondendo da seguinte maneira:

O desafio maior é na questão da identificação [...] que é um problema geral. Porque eu trabalho há muito tempo nessa área, mas eu não tenho como me aprofundar em todas as deficiências, todos os distúrbios, todas as dificuldades de aprendizagem. [...] então a maior dificuldade que tem é na identificação, porque não é um tema muito claro, que está todos os dias em debate, não é um distúrbio que a gente está falando dele o tempo todo. [...]. Mas, nosso problema, respondendo a pergunta, é a identificação. (P3, 2023).

Dessa forma, a falta de diagnóstico da dislexia também é um dos desafios para a inclusão dos estudantes com dislexia, ou seja, tanto o professor quanto os profissionais de educação requer apoio de profissionais especializados para identificar sinais e implementar intervenções adequadas.

Segundo Oliveira (2021) o diagnóstico precoce influencia na identificação do tipo de dislexia e isso é necessário para que a equipe multidisciplinar, em conjunto com professores e profissionais de educação, possam aplicar as estratégias pedagógicas necessárias para o estudante.

Por isso, a necessidade de capacitação para que os docentes busquem atualizações sobre dislexia e estratégias de ensino inclusivas. A capacitação oferece oportunidades dos

profissionais refletirem sobre suas práticas pedagógicas, ajudando-os a desenvolverem abordagens mais eficazes e a estarem preparados para lidar com os desafios que surgem.

Pôde-se perceber também durante as entrevistas que os participantes usaram o termo DUA (Desenho Universal da Aprendizagem), a qual é uma abordagem estratégica que possibilita a todos os estudantes aprenderem. Isso é salutar para a inclusão do estudante com dislexia, porque ela permite que o processo inclusivo ocorra, uma vez que têm como possibilidade de aplicar várias técnicas, estratégias e métodos diferenciados para atendimento a todos os estudantes, inclusive os com dislexia. Sobre o DUA, Zerbato e Mendes (2018) asseguram que ele:

Consiste em um conjunto de princípios baseados na pesquisa e constitui um modelo prático que objetiva maximizar as oportunidades de aprendizagem para todos os estudantes PAEE ou não. O DUA tem como objetivo auxiliar os educadores e demais profissionais a adotarem modos de ensino de aprendizagem adequados, escolhendo e desenvolvendo materiais e métodos eficientes, de forma que seja elaborado de forma mais justas e aprimorados para avaliar o progresso de todos os estudantes. (ZERBATO; MENDES, 2018, p. 150).

Assim, através do DUA, o professor e o profissional de educação poderão ressignificar suas práticas educativas, às quais devem buscar a formação integral de todos os estudantes, tornando as “escolas de ensino comum em ambientes inclusivos e favoráveis à aprendizagem de todos”, avalia Zerbato e Mendes (2018, p.149). Neste sentido, as escolas passam de instituições meramente tradicionais, e se transformam em ambientes inclusivos, que promovem a aprendizagem de todos os estudantes, especialmente os com dislexia que é nosso objeto de estudo.

Ademais, a maioria dos participantes destaca a importância da capacitação dos professores e dos profissionais de educação para lidar com a dislexia e a necessidade de disponibilizar recursos, garantir um ambiente de escuta sensível e individualizada, bem como estratégias adequadas para garantir a inclusão efetiva desses estudantes na EPT. Além disso, enfatizam a importância de colaboração entre professores, profissionais de educação especial e pais para criar um ambiente de aprendizado inclusivo e de apoio aos discentes com dislexia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Inclusiva e as estratégias pedagógicas para atuar com estudantes disléxicos na EPT buscam a formação integral da pessoa, ou seja, uma formação ampla que têm como fundamentos a ciência, a tecnologia e a cultura, contextualiza Kuenzer (1998).

A Educação Inclusiva aqui mencionada propõe a superação da divisão histórica do trabalho no ensino médio da EPT, em que os jovens e adolescentes trabalhadores veem essa modalidade de ensino como, segundo Frigotto, Ciavata e Ramos (2005), uma condição necessária para fazer a travessia para uma nova realidade.

Na Educação Profissional e Tecnológica é importante reconhecer os desafios que os professores e profissionais de educação enfrentam na inclusão de estudantes com dislexia. Para isso é preciso oferecer estratégias de aprendizagens adaptativas que auxiliam os estudantes a superar esse transtorno específico de aprendizagem.

Os entrevistados demonstraram familiaridade com o termo “Educação inclusiva”, que, dentro do contexto do curso técnico em Informática para Internet, foi ligado ao entendimento holístico da pessoa, à integração dos saberes científicos, às estratégias pedagógicas inclusivas

e ao desenvolvimento social dos estudantes disléxicos, como pessoas emancipadas, críticas, criativas e transformadoras da realidade que as cercam.

A ausência de formação para atuar com o estudante disléxico no curso foi apontada como uma falha formativa em que nem a parte teórica, nem a prática do transtorno de aprendizagem são ensinadas, apresentada ou exercitada. Tal fato deve-se à ausência de conhecimento da Educação Inclusiva por parte de professores e profissionais de educação, cujas graduações cursadas não o abordaram de maneira integrada.

Mesmo com as vivências que os participantes tiveram sobre a necessidade e importância do debate em torno da inclusão de estudantes disléxicos no curso de ensino técnico integrado, isso só foi avivado com esse estudo, o qual tem como objetivo discutir sobre aspectos relacionados aos desafios para o atendimento aos estudantes com dislexia da EPT como: ausência de formação docente, falta de suporte pedagógico aos profissionais da educação, ao entendimento da complexidade da dislexia, bem como as estratégias que poderão ser adotadas pelos professores e profissionais da educação que atuam no curso de Informática para Internet e de Agropecuária do IF Baiano *Campus* Guanambi.

Assim, o *E-book* “Estratégias de Atuação Pedagógica para Atendimento a estudantes com dislexia na EPT” atingiu seus objetivos no que diz respeito aos eixos conceituais, pedagógicos e comunicacionais ao cumprir com o objetivo de investigar como estratégias pedagógicas podem contribuir para a aprendizagem e inclusão de estudantes com dislexia.

Recomenda-se a continuidade de estudos referentes ao assunto abordado e seus entornos, pois a falta de publicações, especialmente as mais recentes voltadas para o tema da dislexia na EPT foi fator dificultador para a pesquisa.

Nesta perspectiva, finalizamos esse trabalho com a seguinte reflexão de Freire (1967, p. 108): “Quem dialoga, dialoga com alguém sobre alguma coisa”. Assim, os professores e os profissionais da educação necessitam se estabelecerem no diálogo, dispostos a aprenderem com os discentes, possibilitando-os se sentirem parte do processo, estimulando os citados docentes e profissionais da educação a adotarem em suas práticas pedagógicas posturas, estratégias, saberes e fazeres mais humanizados e inclusivos.

REFERÊNCIAS

ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. P. **Processos de Ensino na Universidade**: Pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. Joinville: Editora UNIVILLE, 2004.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução Antero Reto. São Paulo: Edições 70, 2021

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 14 out. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto Nº 2.208 de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm impressa.htm Acesso em: 14 nov. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm Acesso em: 15 de jul. de 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 14.254 de 30 de novembro de 2021** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14254.htm. Acesso em 14 jul. 2022.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho com lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

IFNMG: Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas, 2022. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/napneifnmg>. Acesso em: 2 abr 2024.

FRANÇA, M. G., & TEIXEIRA, R. I. de O. Políticas de Educação Especial no Ensino Médio e Educação Profissional: Um olhar para o contexto do Instituto Federal do Espírito Santo. In: VICTOR, S. L.; OLIVEIRA, I. M. de (Org.), **Educação Especial: política e formação de professores** (pp. 61-78). ABPEE, 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia como prática da liberdade**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Política e Educação: ensaios**. São Paulo: Cortez, 1995.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 54. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2013.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. 30a ed. São Paulo: Paz e Terra. 2021

FRIGOTTO, G. **Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora**. In: *Perspectiva*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 71-87, jan/jun. 2001.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Perspectivas sociais e políticas da formação de nível médio: avanços e entraves nas suas modalidades. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 619-638, jul.-set. 2011 Disponível em: [Rev116 Completa16x24.indd \(scielo.br\)](https://www.scielo.br/rev116_Completa16x24.indd). Acesso em: 17. abr. 2024.

GRAMSCI, A. **Escritos Políticos**. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira; 2004.

KASSAR, M. C. M. **Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional**. *Educar em revista*, Curitiba, n. 41, p. 61-79, set. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n41/05.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2024.

KUENZER, A. A formação de educadores no contexto das mudanças no mundo do trabalho: novos desafios para as faculdades de educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 63, p. 105-111, ago. 1998.

LAGE, S. R. M.; LUNARDELLI, R, S, A; KAWAKAMI, T. T. O Capacitismo e suas formas de opressão nas ações do a dia. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 28, 2023: e93040.

MEIRIEU, P. **Aprender... Sim, mas como?** Trad. Vanise Dresch – 7. Ed. – Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

MÉSZÁROS, I. 1930- **A educação para além do capital** / István Mészáros; tradução de Isa Tavares. - São Paulo: Boitempo, 2005.

MIRANDA, T. G. Formação Docente Continuada: uma exigência frente à proposta da educação inclusiva. In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos *et al.* **Práticas Inclusivas no Sistema de Ensino e em outros contextos**. EDUFRRN. Natal, 2008. ISBN 978-85-7273-492-9

OLIVEIRA, P. **Transtorno Específico de Aprendizagem: Dislexia**- Palestra proferida em 24. ago. 2021. Disponível em: [\(2759\) Aula 2: Alunos com Transtornos Específicos de Aprendizagem \(Dislexia\) - YouTube](#). Acesso em: 17 jan. 2023.

PADILHA, A. M. L. OLIVEIRA, I. M. Universalização da educação escolar: embates, resistências e anúncios. In: PADILHA, A. M. L. OLIVEIRA, I. M. (Org.) **Educação para todos: as muitas faces da inclusão escolar**. Campinas, SP: Papirus, 2013.

RAMOS, M. Concepção do ensino médio integrado. In: **Seminário sobre ensino médio**, 2008. Anais [...]. Belém: SEDUC/PA, 2008. p. 1-30. Disponível em: <https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2024.

RAMOS, M. **Ensino Médio Integrado: da conceituação à operacionalização**. **Cadernos de Pesquisa em Educação** – PPGE/UFES. Vitória, ES, ano 11, v. 19, n. 39, p. 15-29, jan./jun. 2014.

SAVIANI, D. **Sobre a concepção de politécnica**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1989.

SOUZA, Z. **Mediação docente em atenção à dislexia no contexto escolar: reflexões na perspectiva inclusiva**. Tese (Doutorado) Universidade Federal da Bahia – Faculdade de Educação. Salvador, 2020.

VYGOTSKY, L. S. **A formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ZERBATO, A. P.; MENDES, E. G. **Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar**. *Revistas Unisinos*. volume 22, número 2, São Carlos, SP, 2018.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, Supremo Criador do Universo, por me conceder saúde, persistência e coragem para enfrentar as dificuldades do processo. Agradeço também à minha família. Sem vocês não seria possível concluir o processo de Mestrado. Ao IF Baiano *Campus* Guanambi pela oportunidade em desenvolver esse trabalho. Agradeço à minha orientadora por ser uma interlocutora disponível a oferecer estímulos, e principalmente, a percorrer novos caminhos, ouvir com interesse e ânimo todos os meus questionamentos, dúvidas e demandas que surgiam no decorrer do trabalho. Por ser uma interlocutora paciente, generosa e, principalmente, por sua amizade e compreensão silenciosa nos momentos difíceis pelos quais passei, possibilitando que realizasse o trabalho no meu tempo. A todos agradeço profundamente e dedico o resultado do trabalho.

Editores do artigo

Alex Lara Martins, Jandresson Dias Pires e Mariana Mapelli de Paiva